

Eleições para Petros

Fup indica os diretores Paulo César Martin e José Genivaldo Silva para os Conselhos Deliberativo e Fiscal

As eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros ocorrem de 24 de janeiro a 11 de fevereiro de 2005. A posse será no dia 4 de março. Os mandatos dos atuais membros do Conselho Deliberativo, Paulo César Chamadoiro Martin e seu suplente Hugo Antonio Fagundes e do Conselho Fiscal, Carlos Augusto Lopes Espinheira e seu suplente Antonio José Pinheiro Rivas, terminam em fevereiro do próximo ano.

O processo está sendo conduzido pela Comissão Eleitoral, constituída por oito integrantes, sendo quatro indicados

pela Petros e o restante pelas associações e sindicatos com maior número de participantes e assistidos. A escolha é por voto direto dos participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas), inscritos na Petros. O Conselho Deliberativo é composto por três representantes da empresa e três dos trabalhadores (um ativo, um aposentado e o mais votado). Já o Conselho Fiscal é formado por dois da empresa e dois dos participantes.

A direção majoritária da FUP apóia a chapa formada por **Paulo Cesar C. Martin** (titular) e **Claudio Alberto** de Souza

(suplente) para o Conselho Deliberativo e José Genivaldo **Silva** (titular) e Wallace **Byll** Monteiro (suplente) para o Conselho Fiscal.

Precisamos de uma gestão na Petros que represente os reais interesses dos petroleiros ativos, aposentados e pensionistas. Muitos problemas ainda precisam ser resolvidos para resguardar os direitos dos participantes e assistidos, tais como: a recomposição do valor dos benefícios, o fim do limite de idade para o grupo 78/79, a correção do cálculo dos benefícios das pensionistas e o equacionamento do déficit do Plano Petros, entre outras questões.

Conheça nossos candidatos

Paulo Cesar Chamadoiro Martin – entrou para a Petrobrás em 1984. Eleito, em 2000, como Conselheiro Curador da Petros, para um mandato de cinco anos, teve, em 2001, seu mandato cassado pelo novo estatuto da entidade, retomando-o em 2002 em uma nova eleição, desta vez já como Conselheiro Deliberativo. Ainda em 2001, participou da criação do Comitê em Defesa dos Participantes da Petros (CDPP), sendo seu coordenador até 2004. Atualmente é diretor executivo da Anapar, Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e está no seu quarto mandato na FUP, atualmente na Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais. Sua experiência como atual membro do Conselho Deliberativo é muito importante para a con-

tinuidade da luta em defesa dos assistidos. **Claudio Alberto** de Souza – na empresa em 1978, foi diretor do Sindipetro SE/AL por dois mandatos e membro do Conselho Fiscal. Em 1997 é transferido para Bacia de Campos, onde continua sua luta em defesa da categoria. Em 2002 é eleito para a direção do Sindipetro NF.

José Genivaldo Silva – iniciou sua militância política nas greves de 78/79 em São Bernardo, quando foi demitido da Ford por participação em movimento grevista. Entrou para a Petrobrás em 1984 e foi presidente do antigo Sindipetro Cubatão, hoje Litoral Paulista, de 1991 a 1994. De 1992 a 1994 foi coordenador do Comando Nacional dos Petroleiros, organização nacional da categoria anterior a criação

da FUP. Em 1995, quando a Federação foi fundada, se tornou diretor. Teve o contrato com a Petrobrás suspenso pela ocupação da Refinaria de Cubatão (RPBC). Retornou à direção do Sindicato e da FUP em 1998. Foi anistiado e reintegrado à empresa em dezembro de 2003. É membro do Comitê de Investimentos da Petros, onde representa os participantes.

Wallace Byll Monteiro – está na Petrobrás desde 1987 e de 1991 a 1993 participa da gestão do Cepe, Clube dos Empregados da Petrobrás. Em 1995 participa ativamente da greve daquele ano, sendo eleito coordenador geral da diretoria colegiada do Sindipetro AM. Foi reconduzido ao cargo pela categoria por quatro gestões e continua na coordenação do Sindicato.

Conselho de Aposentados aprova apoio à chapa

O Conselho Nacional dos Aposentados realizou sua reunião semestral no último dia 16. Formado por três representantes aposentados (ou pensionistas) de cada Sindicato, o Conselho e se reúne para discutir as demandas políticas e jurídicas dos aposentados e pensionistas. O Conselho não é deliberativo, mas faz indicações e propostas para a direção da FUP, sendo um importante elo de ligação entre sindicatos e Federação. Na reunião

foi feita uma avaliação da última campanha reivindicatória da Petrobrás e debatido temas como a Medida Provisória 201/04, referente à correção das aposentadorias de 94 a 97 pela URV, o desconto irregular do INSS sobre o 13º salário, os critérios para concessão da aposentadoria especial, o saldamento do Plano Petros e o Plano de Previdência dos novos. Outros pontos da pauta não foram concluídos e serão discutidos em nova reunião,

marcada para a segunda quinzena de março de 2005. Foi aprovada a recomendação de que os componentes do próximo Conselho sejam os mesmos, para dar continuidade ao debate já iniciado.

Ao final do encontro, o Conselho referendou as candidaturas indicadas pela direção majoritária da Fup para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Petros, com apenas duas abstenções e um voto do RJ a favor de outra chapa.

Novos procedimentos para a garantia da aposentadoria especial

A FUP se reuniu no último dia 15 com representantes da área de SMS da Petrobrás para cobrar a aposentadoria especial dos trabalhadores expostos a agentes químicos, físicos e biológicos nocivos à saúde. O SMS da empresa divulgou a DIP 272/2004 no dia 22 de novembro, com novas orientações corporativas para a concessão de aposentadoria especial.

A Petrobrás informou que a DIP foi produzida a partir da atuação do INSS junto a empresa, cobrando o recolhimento do adicional de mais 6% sobre a GFIP para todos os trabalhadores com direito à aposentadoria especial. Em toda a companhia, apenas 66 petroleiros estavam enquadrados pela empresa, segundo seus critérios de concessão.

A FUP não abre mão de melhores condições de prevenção e controle de saúde ocupacional, higiene e segurança no trabalho e contestou a prática da empresa de seguir apenas os requisitos legais e previdenciários do Ministério do Trabalho sem se preocupar com os critérios éticos e médicos de controle da saúde do trabalho. Um exemplo é a questão do ruído, onde a Petrobrás segue os critérios da NR 15 e previdenciários - já ultrapassados tecnicamente - quando o critério NHO 01 da Fundacentro é o mais avançado. Outro exemplo é o benzeno, que tem a indicação legal de 0,5 ppm de

tolerância, quando o valor de zero é a referência real, segundo especialistas.

A reunião também debateu o PPRA, documento necessário para a determinação da aposentadoria especial. O PPRA deve ser produzido e aprovado pela Cipa. Este documento deve conter todos os agentes agressivos presentes no ambiente de trabalho, não somente os principais. É importante que o PPRA seja disponibilizado e apresentado a todas as empresas terceirizadas, evitando que cada uma faça seu próprio documento, que certamente tentará produzir um que as isente do adicional de contribuição junto à Previdência.

A empresa decidiu criar um grupo de trabalho interno para levantar quantos trabalhadores estariam enquadrados no direito à aposentadoria especial e levantar os procedimentos necessários para regularizar esta situação junto à Previdência. Reivindicamos a participação neste grupo, com assessoria técnica, para garantir que todos que trabalham sob risco de contaminação ou perigo tenham direito a este benefício. A Petrobrás se comprometeu a criar a comissão até a segunda quinzena de janeiro e a analisar a reivindicação de participação da Federação.

A empresa informou que irá implantar novo software para integração das informações das áreas de saúde

ocupacional e higiene industrial e segurança, que disponibilizará a todos os petroleiros seus dados sobre saúde. Também divulgou um convênio a ser assinado com o Inca, Instituto Nacional do Câncer, para investigação dos casos de neoplasias (câncer) de petroleiros da ativa e aposentados atendidos pela AMS nos últimos dois anos (2003 e 2004). Este convênio foi reivindicado pelos trabalhadores no Seminário de SMS realizado no início de 2004.

Perdas na era FHC - A Reforma da Previdência feita por FHC, em 1995, alterou os critérios de aposentadoria especial, dificultando o recebimento deste benefício. A aposentadoria especial foi criada em 1960 e até 1995 bastava estar enquadrado em alguma categoria que tivesse direito a esse benefício ou apresentar a SB 40 preenchida pela empresa que afirmasse que aquele trabalhador estava exposto a agentes nocivos à saúde. Após a lei 9032 o benefício passou a ser garantido pelas empresas através de uma alíquota de mais 6% sobre a GFIP e por um laudo técnico provando que o trabalhador esteve exposto durante o mínimo de dez anos, por cerca de 8 horas diárias, aos agentes químicos, físicos e biológicos. Mas o decreto 4482/03 estabelece que a PPRA é que define se um ambiente de trabalho é nocivo, independente da quantidade de tempo de exposição ao risco.

Os acidentes continuam

FUP exige reformulação na política de segurança da Petrobrás

Quatorze mortes em 2004: A política de segurança da empresa precisa de uma reformulação urgente. Foram treze óbitos no Brasil e um na Argentina. O último acidente registrado foi na Plataforma de Paracuru, no campo de Xaréú, no Ceará. No dia 7 de dezembro, o amarrador Francisco Henrique dos Santos, terceirizado da empresa Adrisan, morreu. Outros três trabalhadores ficaram feridos. A causa foi uma explosão na balsa Alianza G-3, da Ultra Petrol, enquanto os operários realizavam a limpeza no tanque. Em 20 de novembro, em PNA-1, o petroleiro Clause Miranda morreu

eletrocutado na subestação de alta tensão.

A maior parte das vítimas continua sendo de terceirizados. O que demonstra que a política de terceirização é uma das responsáveis pelo grande número de acidentes. A FUP exige mudanças na política de segurança da Petrobrás. A empresa que mais lucrou no país precisa investir na primeirização e no reforço de suas políticas de segurança no trabalho. A Federação solicitou uma reunião sobre Saúde e Segurança com a Petrobrás no final de novembro. Estamos aguardando o momento de apresentar nossas sugestões e cobrar mudanças.

PLR: mentiras causam confusão nacional

Um documento atribuído ao Sindipetro-RJ circulou o país via Internet, informando que a discussão sobre a PLR já havia começado. O falso documento citava que a notícia teria sido extraída do *Primeira Mão* de 6 de dezembro de 2004, que também não existe. A mentira causou grande confusão e é um desrespeito à categoria. A Fup ainda não iniciou essa negociação. O *Primeira Mão* irá divulgar o debate que os petroleiros irão fazer sobre PLR com a Petrobrás assim que a negociação tiver início.

Edição 705 - Semana de 03/12 a 10/12/2004 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS www.fup.org.br Filiada à

Av. Rio Branco, 133, 21º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-060. Tel/Fax.: (21) 3852-5002. E-mail: imprensa@fup.org.br

Diretoria responsável pelo conteúdo deste informativo: Agnelson, Alealdo, Caetano, Carrara, Caixeta, Chicão, Daniel Samarate, Genobre, Gildásio, Hélio, Macer, Roberto Ribeiro, Silva, Willadesmon, Zé Maria - Edição: Claudia de Abreu (FENAJ 17081/RJ) - Diagramação: David Candeias